

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIA**

### **REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº ... (Da Sra. Deputada Federal Erika Kokay - PT/DF)**

Solicita seja **convocado** o Senhor **Sérgio Westphalen Etchegoyen**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e **convidado** o Senhor **Janér Tesch Hosken Alvarenga**, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a denúncia veiculada na imprensa nacional, de que a ABIN estaria investigando, ilegalmente, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que, ouvido a Comissão, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. **Sérgio Westphalen Etchegoyen**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e ao **convite** do Senhor **Janér Tesch Hosken Alvarenga**, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, para comparecerem a essa Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a fim de prestarem esclarecimentos a esta Casa sobre a denúncia veiculada na imprensa nacional, de que a ABIN estaria investigando, ilegalmente, o Ministro do Supremo

Tribunal Federal, Edson Fachin e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

### **Justificação**

A revista “Veja”, edição publicada no último dia 9 de junho de 2017, traz à baila grave denúncia no sentido de que a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por determinação do Senhor Presidente da República, Michel Temer, estaria “investigando” (espionando) o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, bem como o Senhor Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, objetivando encontrar supostas irregularidades em suas condutas, que pudessem fragilizar suas posições de relator e principal investigador no âmbito do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, da Operação Lava Jato.

Trata-se de realidade que se confirmada, caracterizará elevado ataque à ordem constitucional e democrática, impondo uma vigorosa reação de todas as instituições nacionais e, principalmente, dos Poderes constituídos, de modo que cabe ao Congresso Nacional e, nessa perspectiva, à Câmara dos Deputados, debruçar-se, sem demora, sobre esses fatos.

E com esse espírito de defesa das instituições e da regularidade da ordem democrática, que formulamos o presente requerimento, que em nossa avaliação deve merecer o apoio de todo o colegiado.

Sala das Comissões, em

Erika Kokay  
Deputada Federal PT/DF